



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

AJUSTE DIRETO CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ETAR INTERMUNICIPAL DE VALGODE

PROC. SAP N.º APROV_899/2024

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento tem como fim a contratação do serviço de operação e manutenção da ETAR Intermunicipal de Valgode, em conformidade com as cláusulas jurídicas e técnicas descritas no presente caderno de encargos e respetivo Convite e em absoluto respeito e cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 2.º

Prazo de prestação do serviço/fornecimento dos bens

A relação contratual extingue-se com a entrega do bem, ou com a prestação dos serviços, o que deverá ocorrer no prazo máximo de **90 dias**, contados da receção da devida requisição externa, ou assinatura de contrato, sem prejuízo da manutenção de obrigações acessórias que tenham sido estabelecidas inequivocamente em favor da entidade adjudicante e que devam perdurar, tais como as de sigilo ou de garantia dos bens ou serviços adquiridos.

Artigo 3.º

Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de São Pedro do Sul, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar,

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 4.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas na proposta.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior, deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 5.º

Preço base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de São Pedro do Sul, deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se a ele houver lugar, o qual terá como parâmetro, nos termos do n.º 1 do artigo 47º do CCP, o montante máximo de **30.000,00€.**

Artigo 6.º

Faturação

1. A faturação será mensal, de valor fixo, correspondendo a **1/3 do valor contratual**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
2. No âmbito da execução do contrato, o cocontratante deve emitir faturas eletrónicas, conforme impõe o art. 299.º-B do CCP, não sendo aceites faturas em formatos diferentes daquele.
3. Para cumprimento da norma referida no ponto anterior, o município disponibiliza o serviço de comunicação de faturas eletrónicas, acessível através do endereço www.ilink.pt.

Artigo 7.º

Pagamentos

1. Os pagamentos devidos pelo contraente público serão efetuados a **60 dias** após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem nunca antes da entrega dos relatórios mensais obrigatórios mencionados no artigo 14.º.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

Artigo 8.º

Prevalência

Fazem parte integrante do presente concurso o caderno de encargos, o Convite e a proposta do adjudicatário. Em caso de dúvidas prevalece, em primeiro lugar o C.C.P (Código dos Contratos Públicos), o anexo ao CE, o caderno de encargos e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Artigo 9.º

Resolução de Litígios

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal do foro territorialmente competente da área da sede do Município de São Pedro do Sul, com renúncia de qualquer outro.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 10.º

Objeto

O presente procedimento tem como fim a contratação do serviço de operação e manutenção da ETAR Intermunicipal de Valgode, em conformidade com as características e especificações indicadas no artigo seguinte.

Artigo 11.º

Mapa de quantidade

Código	Designação	Unidade	Qtd
1	Contratação do serviço de operação e manutenção da ETAR Intermunicipal de Valgode pelo período de 90 dias nos termos do CE e seus anexos. Em tudo o omissso, devem considerar-se as especificações do anexo ao presente CE	vg	1

Artigo 12.º

Especificações técnicas

Em tudo o omissso, devem considerar-se as especificações do anexo ao presente CE.

Pretende-se a contratação de um serviço de operação e manutenção da ETAR Intermunicipal de Valgode, incluindo os meios humanos e materiais necessários à operação, manutenção e conservação da infraestrutura de tratamento de águas residuais.

O local da prestação de serviços integra a seguinte estrutura:

- ETAR Intermunicipal de Valgode (São Pedro do Sul e Vouzela);
- Estação Elevatória do Paraíso (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória do Rio Vouga (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória de Pouves (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória do Ínsua (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória do ZI Bordonhos (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória do Termas (São Pedro do Sul)
- Estação Elevatória do Ventosa (Vouzela)
- Estação Elevatória do Porto Salto (Vouzela)
- Estação Elevatória do Ameixas (Vouzela)
- Estação Elevatória do Vilharigues (Vouzela)
- Estação Elevatória do Monte Cavallo (Vouzela)

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

Artigo 13.º

Obrigações Principais do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

- a. Operação das infraestruturas;
- b. Manutenção e conservação dos equipamentos elétricos, eletrónicos, mecânicos, eletromecânicos, instalações elétricas e de equipamentos de controlo, automação, telegestão e supervisão (aplicável apenas à ETAR);
- c. Manutenção e conservação das infraestruturas e de edifícios (aplicável apenas à ETAR);
- d. Limpezas exteriores e interiores de todos os edifícios das infraestruturas;
- e. Manutenção das redes auxiliares às infraestruturas e das redes de drenagem pluvial (aplicável apenas à ETAR);
- f. Manutenção e conservação dos espaços verdes, estradas e caminhos interiores às zonas vedadas, incluindo o transporte dos resíduos resultantes a destino final licenciado, etc. (aplicável apenas à ETAR);
- g. Acondicionamento, recolha, remoção, transporte, armazenagem e encaminhamento para destino final licenciado de resíduos decorrentes das atividades de operação e manutenção, incluindo os resíduos de limpeza e desobstrução de órgãos e caixas integrados nos sistemas de elevação e tratamento, bem como os resíduos decorrentes da conservação da faixa de intercetores, etc.;
- h. Acondicionamento, transporte e encaminhamento para destino final e/ou valorização licenciados, de lamas de depuração desidratadas;
- i. Acondicionamento, transporte e encaminhamento para outras instalações a definir, de lamas de depuração não desidratadas;
- j. Realização do plano de amostragem e análise para o controlo processual mínimo;
- k. Organização das atividades de HSST;
- l. Monitorização dos aspetos ambientais e de segurança ocupacional inerentes à atividade de exploração das infraestruturas;
- m. Controlo de pragas e infestantes;
- n. Manutenção dos extintores.
- o. Implementação/aplicação das medidas de autoproteção.
- p. Elaborar relatório mensal dos trabalhos, ações desenvolvidas e ocorrências verificadas;
- q. Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Município de São Pedro do Sul.
- r. Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso.
- s. Prestar as informações que forem solicitadas pela Município de São Pedro do Sul.
- t. Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados,
- u. Comunicar ao Entidade Adjudicante todas as ocorrências que estejam fora do âmbito da garantia;
- v. Comunicar todos os By-pass;
- w. Elaboração de avaliação de riscos para a operação e manutenção;

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- x. Entrega no final da prestação de serviço de todos os registos de operação e manutenção

Artigo 14.º

Conformidade e Garantia Técnica

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características e especificações definidas no presente Caderno de Encargos.
2. O adjudicatário é responsável perante a Câmara Municipal por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os mesmos sejam entregues, salvo eventuais alterações previamente acordadas entre as partes.
3. O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos a entregar ao Município de São Pedro do Sul em sede de execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Artigo 15.º

Encargos

Serão encargos do adjudicatário todos os custos relacionados com:

- a. Meios humanos afetos à execução dos serviços;
- b. Todos os encargos com pessoal, decorrentes do cumprimento da legislação laboral em vigor, nomeadamente os serviços de Segurança e Saúde no Trabalho, o fornecimento de EPI's, o fornecimento de fardamento, a formação, entre outros;
- c. Meios materiais e equipamentos de operação e manutenção correntes;
- d. Reagentes de processo, conforme disposto na cláusula;
- e. Água potável, conforme disposto na cláusula;
- f. Seguros da sua responsabilidade;
- g. Comunicações (telefones fixos e móveis, fax e internet e CTT);
- h. Consumos correntes de economato;
- i. Combustíveis, óleos e lubrificantes para as viaturas e todos os equipamentos, fixos ou móveis, a afetar pelo prestador de serviços;
- j. Monitorização das águas residuais para efeitos de controlo do processo;
- k. Acondicionamento, recolha, transporte, armazenagem e encaminhamento a armazenamento temporário, se aplicável, e transporte a destino final licenciado de resíduos decorrentes das atividades de operação e manutenção, incluindo os resíduos de limpeza de órgãos e caixas integrados nos sistemas de elevação e tratamento;
- l. Acondicionamento, recolha, transporte, armazenagem e encaminhamento a destino final licenciado e, ou valorização de lamas de depuração desidratadas;
- m. Monitorização nos termos da legislação em vigor dos resíduos a gerir pelo adjudicatário;
- n. Meios transporte e elevação móveis;
- o. Meios de deslocação do seu pessoal e do equipamento afetos à operação e manutenção;

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

- p. Portagens e todos os restantes encargos com mobilidade, deslocações e estadias do seu pessoal e equipa técnica a afetarem à prestação de serviços;
- q. O cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o seu pessoal que tenha a seu cargo;
- r. Outros encargos estabelecidos neste caderno de encargos.

Artigo 16.º

Seguros

1. O adjudicatário obriga-se a contratar seguros que garantam a cobertura dos riscos e danos decorrentes da sua atividade que afetem, direta ou indiretamente, instalações, pessoas, bens e meio ambiente.
2. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados, no contexto de ações no âmbito dos contratos a celebrar.
3. Os seguros de acidentes pessoais devem prever que as indemnizações sejam pagas aos sinistrados ou, em caso de morte, a quem prove ter a elas direito, nos termos da lei sucessória ou de outras disposições legais aplicáveis.
4. Seguro de Responsabilidade Civil:
 - a) O adjudicatário subscreverá, em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro onde serão indemnizadas, em caso de sinistro, as perdas e/ou danos de carácter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à entidade adjudicante em particular, em consequência da execução da presente prestação de serviços e cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
 - b) É exigida a inclusão da cláusula especial de Responsabilidade Civil Cruzada, dado o envolvimento de todas as entidades seguras, nomeadamente a entidade adjudicante, o adjudicatário e subcontratados intervenientes;
 - c) É exigida a inclusão da cláusula de Responsabilidade Civil Pós-Trabalhos;
 - d) É exigida a inclusão da cláusula de Responsabilidade Civil Poluição/Contaminação Súbita e Acidental, sem prejuízo do estipulado no Decreto-Lei nº 147/2008, de 30 de julho na sua versão atualizada, relativo à Responsabilidade por Danos Ambientais;
 - e) Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a entidade adjudicante será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
 - f) As perdas ou danos abrangidos pela presente apólice serão cobertos até ao limite de 2.500.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) por sinistro e anuidade.
5. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão por conta do prestador de serviços.

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

6. O Município de São Pedro do Sul, pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias.

Artigo 17.º

Proteção de dados

1. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Município ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas do Município, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.

3. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Município única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
 - b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d. Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Município esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da CM contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f. Prestar ao Município toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Município informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - g. Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;
 - h. Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.
6. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que o Município venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente,

MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.

8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Artigo 18.º

Penalidades contratuais

Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de São Pedro do Sul poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação do serviço objeto do contrato, até 10% do valor do contrato.

Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de São Pedro do Sul poderá exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de São Pedro do Sul terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.

As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de São Pedro do Sul exija uma indemnização pelo dano excedente.

Artigo 19.º

Subcontratação e cessão de posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 20.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato; A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 21.º

Código CPV

A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

C Â M A R A M U N I C I P A L

pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com os códigos CPV:

- 90481000-2 Exploração de uma estação de tratamento de águas residuais

Artigo 222.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro), pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 170/2019, de 4 de dezembro, pela Resolução da Assembleia da República n.º 16/2020, de 19 de março, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pela Declaração de Retificação n.º 25/2021, de 21 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78/ 2022, de 7 de novembro.

Paços de Concelho de S. Pedro do Sul, agosto de 2024